ATA DA 7ª (SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA DA TRIGÉSIMA NONA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA LEGISLATURA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA-RO. Às nove horas e dez minutos do dia 6 de abril de 2021, o Presidente, Vereador Ronildo Macedo, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão com a presença dos Vereadores Ademir Alves, Clerida Alves, Dhonatan Pagani, Nica Cabo João, Pedrinho Sanches, Professora Vivian Repessold, Samir Ali, Sargento Damassa, Wilson Tabalipa, Zé Duda, Zeca da Discolândia e Zezinho da Diságua, e colocou em votação a Ata da 6ª Sessão Ordinária, realizada no dia 16 de março de 2021, a qual foi **aprovada** por unanimidade. A seguir, iniciou-se a **PRIMEIRA PARTE DA SESSÃO** e o Presidente solicitou à Secretária a leitura do **Expediente Recebido**: Ofícios n.ºs 138, 142, 143 e 148/2021/GAB e 61/2021/SEMAD; **Projeto de Lei Complementar** nº 383/2021; **Projetos de Leis** n.ºs 6.079, 6.080, 6.081, 6.085, 6.086, 6.087, 6.088, 6.089, 6.090, 6.091, 6.092, 6.093 e 6.094/2021 e **Requerimentos** nºs 009, 010, 011 e 012/2021. Na sequência, o Presidente concedeu a palavra aos oradores inscritos na **PALAVRA LIVRE:** A **Vereadora Clerida Alves** falou sobre as respostas que recebeu, relativas aos Requerimentos encaminhados ao Poder Executivo, mostrando-se insatisfeita pelo fato de a Secretária tê-la orientado a buscar as informações requeridas no Portal da Transparência, em que "*é colocado o que quer e a hora que quer*", afirmou a Vereadora. Disse ainda que é hora de fazer mudanças, e que a Câmara de Vereadores já está fazendo ao cumprir seu papel de fiscalizar, *"só que o Executivo, infelizmente, por parte de alguns Secretários, não está fazendo a parte dele"*. A Vereadora fez referência à reunião em que o Prefeito pediu aos seus Secretários mais respeito ao responder aos Requerimentos dos Vereadores. A respeito do Requerimento nº 012/2021, de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para investigar a utilização dos recursos destinados ao combate à pandemia, a Vereadora confirmou seu apoio à abertura da CPI, deixando claro que o intuito é dar mais transparência à utilização dos recursos e também apurar denúncias recebidas, inclusive pela própria Vereadora. Foi mencionado também a visita das Vereadoras Clerida Alves e Professora Vivian Repessold à lavanderia do Hospital Regional Adamastor Teixeira de Oliveira, onde constataram a precariedade do setor, com equipamentos em más condições de uso, enquanto há máquinas de lavar novas,

adquiridas ainda na gestão da ex-Prefeita Rosani Donadon, mas que ainda não foram instaladas. Nesse sentido, a Vereadora falou dos R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) devolvidos por esta Casa ao Poder Executivo para que fosse utilizado parte desse recurso para resolver o problema. Houve aparte da Vereadora Nica Cabo João, que corroborou as palavras da Vereadora Clerida Alves, no que concerne à situação da lavanderia do Hospital Regional, dizendo que, desde o tempo em que trabalhou no Hospital, o setor tem sido tratado com descaso, mas nunca da maneira como está sendo agora. Falou também que, devido à pandemia, a demanda aumentou muito, o que dificulta a situação, ainda mais considerando que os funcionários que atuam na lavanderia estão trabalhando sem equipamento de proteção individual adequado e não dispõem nem de carrinhos para o recolhimento das roupas. Segundo a Vereadora, os funcionários improvisam carrinhos, emendam fios das lavadeiras velhas quando param de funcionar, para que consigam fazer seu trabalho. Houve aparte do Vereador Samir Ali, que falou sobre a situação precária da lavanderia do Hospital Regional e disse que, diante da situação, esta Casa, por meio de economias feitas na gestão passada, resolveu devolver R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) não só para que fizessem a instalação das máquinas, mas também para que reformassem o prédio, a fim de dar melhores condições de trabalho aos servidores. O Presidente também aparteou, confirmando o repasse do recurso e a situação complicada daquele setor e dos funcionários que nele atuam, e disse que, numa reunião que houve no último sábado, foi cobrado da Secretária Municipal de Saúde, Siclinda Raasch, as providências para a execução do projeto de construção da lavanderia, que afirmou que o projeto está em andamento e será executado o mais breve possível. Retomando a palavra, a Vereadora Clerida Alves falou sobre o Projeto de autorização de recursos para construção de muros e calçadas do novo cemitério e se posicionou contra a construção no local escolhido, tendo em vista que não foram atendidos os requisitos exigidos na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. A Vereadora concluiu dizendo que seu voto será contrário ao Projeto. O **Vereador Wilson Tabalipa** iniciou seu discurso com uma nota de repúdio ao Governo do Estado de Rondônia, que praticamente excluiu os policiais civis e penais da prioridade na vacinação contra a COVID-19. O Vereador ressaltou o sentimento de desamparo da policia civil e da penal diante de tal conduta do Governo, pois então, desde o início da pandemia, no cumprimento de seu dever. O Vereador fez um apelo ao Governador, Marcos Rocha, para que repense a readequação da distribuição das vacinas de forma igualitária aos servidores de segurança pública. O **Vereador Pedrinho Sanches** também se manifestou a respeito da situação da lavanderia do Hospital Regional e parabenizou as Vereadoras Clerida Alves e Nica Cabo João pelo Requerimento ao Poder Executivo pedindo esclarecimentos sobre a situação.

Parabenizou também o Vereador Sargento Damassa pela atuação e se solidarizou com o Vereador Wilson Tabalipa e com os policiais civis e penais devido à conduta do Governo em relação à prioridade na vacinação contra a COVID-19. Parabenizou também os Vereadores Zeca da Discolândia e Zezinho da Diságua pelo trabalho social que vêm fazendo, agradeceu ao Prefeito, à Secretária Municipal de Saúde e a todos os servidores da Saúde pela atuação no enfrentamento da pandemia e afirmou que o Hospital Regional "*tem dado um show, e só quem acompanha de perto pode ver o quanto aquele pessoal está lutando".* O **Vereador Sargento Damassa** falou a respeito de seus Projetos de Leis que serão votados nesta Sessão, sendo um deles a respeito da inclusão dos policiais na lista de prioridade da vacina contra a COVID-19, e salientou a urgência na vacinação desses profissionais tão importantes para promover a segurança de todos. Sobre a questão da Saúde em nosso Município, o Vereador salientou a necessidade de remunerar melhor os médicos, que estão indo embora para outros municípios que oferecem melhores salários e condições de trabalho. Houve aparte da Vereadora Nica Cabo João, que falou da luta antiga dos médicos do Município por melhoria salarial, e enfatizou ainda que, se não for feito algo para mudar essa situação, nossa Saúde vai ficar sem médicos, principalmente especialistas. O Vereador Sargento Damassa retomou a palavra e disse que é preciso ter um olhar mais cuidadoso sobre essa questão, analisando não só a situação salarial dos médicos, mas também dos enfermeiros e técnicos em enfermagem. Na sequência, o **Vereador Dhonatan Pagani** falou sobre seu Projeto de Lei Complementar nº 383/2021, que propõe a isenção de IPTU e ISSQN dos contribuintes severamente atingidos pela pandemia. O Vereador relatou a situação das empresas que têm sido fechadas definitiva ou temporariamente em razão da pandemia, causando desemprego e impossibilitando o contribuinte de cumprir com o pagamento dos tributos referidos. O Vereador disse que o Poder Público não pode "*inviabilizar o cidadão de trabalhar, inviabilizar o empregador de empregar e continuar cobrando dele. Cobrando IPTU, cobrando ISSQN, cobrando taxa de alvará de funcionamento".* Disse ainda que é injusto cobrar os tributos de empreendedor que tem sido obrigado a fechar as portas de seu estabelecimento, pois, com sua empresa fechada não há rendimento que possibilite arcar com as despesas tributárias, nem mesmo com as despesas decorrentes da subsistência de sua família. O Presidente aparteou, mostrando os pontos positivos e os pontos negativos do referindo Projeto, pois, enquanto isenta as empresas diminui a arrecadação, o que pode comprometer o funcionamento da máquina pública municipal, e sugeriu que seja feito um estudo a fim de encontrar outro caminho que não seja a renúncia de receita. Nessa perspectiva, o Vereador Dhonatan Pagani respondeu que o Projeto tramita na Casa e é passível de emendas que se fizerem necessárias. O Vereador afastou a possibilidade de o

Projeto ser inconstitucional ao dizer que a Matéria está de acordo com a Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, que INSTITUI REGIME EXTRAORDINÁRIO FISCAL, FINANCEIRO E DE CONTRATAÇÕES PARA ENFRENTAMENTO DE CALAMIDADE PÚBLICA NACIONAL DECORRENTE DE PANDEMIA, chamado popularmente de Orçamento de Guerra. Findos os discursos dos Vereadores na Palavra Livre, iniciou-se a **SEGUNDA PARTE DA SESSÃO** e o Presidente solicitou à Secretária a leitura das matérias para a **ORDEM DO DIA. Discussão e Votação dos Projetos de Leis** n.ºs 5.953/2020, 6.039, 6.061, 6.063, 6.074, 6.075, 6.078, 6.083 e 6.084/2021**.** Relativo ao Projeto de Lei nº 5.953/2020, houve Parecer contrário da Comissão Permanente de Obras, Serviços Públicos, Agricultura, Meio Ambiente, Transporte, Trânsito, Terras, Indústria e Comércio - COSPAMATIC, sendo colocado sob discussão do Plenário. Com a finalidade de justificar o Parecer n.º 031/2021, da COSPAMATIC, contrário ao Projeto, o Presidente da Comissão, **Vereador Dhonatan Pagani,** falou a respeito do Parecer emitido pela Diretoria Jurídica desta Casa de Leis, em que há a orientação de que é desnecessária lei autorizativa para que o Poder Executivo promova desapropriação, podendo realizar o ato por decreto, havendo inclusive uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre a matéria. Nesse sentido, disse que se abstém da votação. O **Vereador Pedrinho Sanches,** enquanto Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR, falou que o Parecer n.º 033/2021 foi favorável, haja vista que, apesar de atualmente não ser necessário lei autorizativa para que o Poder Executivo faça desapropriação, na época em que o Projeto foi enviado para esta Casa de Leis ainda não havia a decisão do STF relativa à matéria. Sendo assim, o Vereador disse que entende a importância da discussão e da votação do Projeto, tendo em vista que não há acordo por parte do proprietário e, caso seja necessário recorrer ao Poder Judiciário, o fato de o Projeto ter sido aprovado por esta Casa terá um peso a mais na hora da decisão judicial. O **Vereador Dhonatan Pagani** voltou a discutir, a fim de esclarecer que se abstém da votação não por ser contra a desapropriação, que é de competência do Poder Executivo, mas pela inconstitucionalidade da Matéria. O **Vereador Samir Ali** discutiu, abstendo-se de votar a Matéria porque não cabe à Câmara legislar a respeito. Não houve mais discussão. Em Votação o Projeto de Lei n.º 5.953/2020 foi **aprovado** com 10 (dez) votos favoráveis dos Vereadores Ademir Alves, Clerida Alves, Nica Cabo João, Pedrinho Sanches, Professora Vivian Repessold, Sargento Damassa, Wilson Tabalipa, Zé Duda, Zeca da Discolândia e Zezinho da Diságua, e 02 (duas) abstenções dos Vereadores Dhonatan Pagani e Samir Ali. Os Vereadores Nica Cabo João, Samir Ali, Pedrinho Sanches, Dhonatan Pagani e Ronildo Macedo discutiram o Projeto de Lei n.º 6.039/2021, que autoriza abertura de crédito para a construção de calçadas e muro do novo cemitério: A **Vereadora Nica Cabo João** se

manifestou contrária à aprovação do Projeto porque as licenças ainda não foram expedidas. O **Vereador Samir Ali** também se manifestou contrário à aprovação do Projeto, não pelo fato de as licenças não terem sido emitidas, pois entende que a construção só se iniciará após sua emissão, mas por entender que o local é totalmente inapropriado. O **Vereador Pedrinho Sanches** discutiu e se manifestou favorável, alegando que o que vai ser votado hoje não é a construção do novo cemitério, mas a autorização do crédito para que sejam adotados todos os procedimentos necessários à execução da obra, seja no local proposto, seja em outro local. O **Vereador Dhonatan Pagani** se posicionou favorável ao Projeto, apesar de não concordar com o local que está em estudo para a construção do cemitério. O Vereador salientou que, de fato, as licenças ambientais não foram expedidas, contudo o recurso será destinado à construção de muros e calçadas do cemitério não necessariamente no local proposto, podendo ser em outra localidade caso não seja aprovado pelos órgãos competentes a construção naquele local. O Presidente, **Vereador Ronildo Macedo**, discorreu a respeito do acesso à localidade sugerida para construção do novo cemitério e disse que ficaria inviável para o Poder Público adquirir uma área em outra localidade, pelo valor exorbitante que seria. Sobre a questão do trajeto de acesso, que é a Linha 135, não ser asfaltado, o Presidente falou que, quando foi construído o Cemitério Cristo Rei e durante muitos anos, o percurso de acesso também não contava com asfalto. O Presidente salientou que, apesar de não ser pavimentada, a Linha 135 é uma estrada boa, sem atoleiros e com pontes em boa condição de tráfego. O Presidente mostrou-se favorável ao Projeto, salientando que não há possibilidade de início das obras sem a devida documentação. Não houve mais discussão e o Projeto de Lei n.º 6.039/25021 foi **aprovado** com 09 (nove) votos favoráveis dos Vereadores Ademir Alves, Dhonatan Pagani, Pedrinho Sanches, Professora Vivian Repessold, Sargento Damassa, Wilson Tabalipa, Zé Duda, Zeca da Discolândia e Zezinho da Diságua, e 03 (três) votos contrários dos Vereadores Clerida Alves, Nica Cabo João e Samir Ali. Os Vereadores Wilson Tabalipa, Professora Vivian Repessold, Dhonatan Pagani, Zeca da Discolândia e Sargento Damassa discutiram o Projeto de Lei n.º 6.061/2021: O **Vereador Wilson Tabalipa** parabenizou o Vereador Sargento Damassa pela autoria do Projeto e pela atuação nesta Casa de Leis. A **Vereadora Professora Vivian Repessold** parabenizou o Vereador Sargento Damassa pela autoria do Projeto e ressaltou a importância da Segurança Pública. A Vereadora falou sobre a necessidade de olhar também para os profissionais da Educação e disse que em breve estará protocolando um projeto que dispõe sobre a inclusão dos profissionais da Educação na lista de prioridade da vacina contra a COVID-19. O **Vereador Dhonatan Pagani** discutiu, parabenizando o autor do Projeto, Sargento Damassa, e enfatizando a importância da Propositura. O **Vereador Zeca da**

Discolândia parabenizou o autor do Projeto e pediu apoio dos colegas para aprovação da Matéria, pois os policiais têm contato direto com as pessoas e, por esse fator, estão expostos constantemente ao coronavírus. O autor do Projeto, **Vereador Sargento Damassa**, agradeceu aos colegas pelo apoio e falou da distribuição das vacinas, que não será suficiente para contemplar a todos os policiais que estão na ativa e expostos ao contágio. Falou também da dificuldade que os policiais têm enfrentado para realizar seu trabalho. O **Vereador Pedrinho Sanches** discutiu o Projeto de Lei n.º 6.063/2021, parabenizando o autor do Projeto, Sargento Damassa, e dizendo que a Propositura poderia ter ido mais além, não só punindo com multa quem fraudar o sistema de vacinação, como também prevendo prisão para o infrator. O **Vereador Sargento Damassa** esclareceu o Projeto prevê multa e sanções disciplinares se o infrator for funcionário público que se utilizar do cargo para benefício próprio ou de terceiros. Os Vereadores Zé Duda, Zeca da Discolândia e Dhonatan Pagani discutiram o Projeto de Lei n.º 6.075/021: O **Vereador Zé Duda** parabenizou o Secretário Municipal de Trânsito, Róccio Aires Cândido e disse ser sabedor das necessidades da Secretaria. Também pediu apoio dos colegas para a aprovação da Matéria. O **Vereador Zeca da Discolândia** disse a SEMTRAN é a Secretaria com um dos menores orçamentos do Município, e salientou a necessidade de um engenheiro de trânsito para que a SEMTRAN consiga atender melhor as demandas do trânsito em nossa Cidade. O **Vereador Dhonatan Pagani** ratificou as palavras do Vereador Zeca da Discolândia, no que se refere ao orçamento da SEMTRAN, e disse que fez uma Indicação para que seja criado o Fundo Municipal de Trânsito para que a SEMTRAN tenha mais sustentação financeira para a execução de suas ações. O Vereador falou a respeito do fluxo intenso de veículos no Município, do quantitativo de acidentes e da demanda do trânsito vilhenense. Nessa lógica, o Vereador afirmou que é preciso haver uma atenção especial no repasse de recursos à Secretaria, tendo em vista que todos precisam do trânsito, e um trânsito organizado significa menos acidentes e mais saúde. Não houve mais discussão e os Projetos de Leis n.ºs 6.061, 6.063, 6.074, 6.075, 6.078, 6.083 e 6.084/2021 foram **aprovados** por unanimidade. **Discussão e Votação dos Requerimentos** n.ºs: 009/2021, de autoria do Vereador Samir Ali, que requer ao Prefeito Municipal relação de todos os veículos pesados, bem como cópia da habilitação dos condutores e da permissão para operar o veículo, das seguintes Secretarias: Secretaria Municipal da Agricultura – SEMAGRI; Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS; Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP; e Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS; 010/2021, de autoria das Vereadoras Clerida Alves e Nica Cabo João, que requerem ao Prefeito informações quanto ao atraso na construção da lavanderia do Hospital Regional de Vilhena, sendo que existe recurso destinado à construção

da lavanderia e para a instalação das máquinas de lavar que foram compradas a cerca de dois anos; e 011/2021, de autoria das Vereadoras Clerida Alves e Nica Cabo João, que requerem ao Prefeito informações quanto a não utilização do mamógrafo do Hospital Regional de Vilhena, pois o mesmo encontra-se parado nas dependências do HRV, enquanto a demanda de exames só aumenta, tornando moroso um processo que poderia ser mais ágil e eficiente. Aproveito o ensejo para requerer qual empresa foi contratada para emitir os laudos mamográficos e os valores fixados em contrato para pagamento dos serviços prestados pela referida. Os Vereadores Samir Ali e Nica Cabo João discutiram o Requerimento n.º 009/2021: O **Vereador Samir Ali**, autor do Requerimento, disse que esse tipo de solicitação será frequente, pois a intenção é verificar a relação de contratados pelo Poder Executivo e a de aprovados no concurso público e que não foram convocados, porque há uma cobrança muito grande por parte de quem passou no concurso e que se depara com pessoas que estão num cargo comissionado executando funções de uma pessoa concursada. A **Vereadora Nica Cabo João** disse que também recebeu reclamações de pessoas que foram aprovadas no concurso público e que não foram convocadas, mas que há pessoas ocupando vaga cujo preenchimento deve ser por concurso. Não houve mais discussão e os Requerimentos n.ºs 009, 010 e 011/2010 foram **aprovados** por unanimidade. A seguir, o Presidente concedeu a palavra aos oradores inscritos nas **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Os Vereadores Pedrinho Sanches e Zé Duda, inscritos nas Explicações Pessoais, dispensaram o uso da palavra. Em seguida, o **Vereador Samir Ali** discutiu o Requerimento n.º 012/2021, que requer a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por igual período, mediante deliberação desta Câmara de Vereadores, a fim de investigar, analisar e fiscalizar as ações e eventuais omissões ou irregularidades por parte do Poder Executivo de Vilhena relacionados ao combate à COVID-19. A esse respeito o Vereador disse que a intenção de instaurar a CPI não é de cunho político e nem tem o objetivo de ir contra o Prefeito ou contra o Secretário Municipal de Saúde, mas sim de dar transparência ao povo vilhenense quanto à utilização dos recursos destinados ao enfrentamento da pandemia de COVID-19. O Vereador ainda abordou a necessidade de pagar gratificação aos servidores da Saúde, bem como a de oferecer-lhes boas condições de trabalho, o que é possível desde que os recursos sejam bem utilizados. Segundo o Vereador, *"nem sempre a corrupção é a causa da destruição, a incompetência também é; a incompetência também causa danos à população, também causa danos ao funcionalismo público da Saúde"*. O Vereador complementou dizendo que de forma alguma a CPI trará prejuízos políticos ou financeiros ao Município e finalizou pedindo o apoio dos colegas na aprovação do Requerimento n.º 012/2021, para a instauração da CPI.

O **Vereador Dhonatan Pagani** fez alguns esclarecimentos a respeito dos institutos CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito - e CP – Comissão Processante, pontuando que o objetivo da CPI não é cassar, mas sim investigar. A CPI é um instrumento legislativo que dá mais força ao Poder Legislativo para que possa realizar suas diligências e fiscalizações, afirmou. O Vereador disse que respeita a opinião dos colegas que são contra a abertura da CPI, mas faz questão de deixar muito claro que a única função da CPI é a de investigar. Comentou também sobre a não obtenção de respostas às suas solicitações, por parte do Poder Executivo, e disse que, diante de tal situação, não lhe resta outra alternativa senão buscar mecanismos que lhe dê condições de desempenhar suas função fiscalizatória. E essa é sua motivação para ser favorável à abertura da CPI. Nada mais a ser tratado, o Presidente declarou encerrada a Sessão. E para constar, eu, Vereadora Clerida Alves, 1ª Secretária, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelo Presidente.

EGL